

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: Madeira
Data 05.12.78 Pg.: 33

AMAR0001

Madeira: Ludwig nega, mas IBDF confirma projeto

Da sucursal e do enviado especial

O porta-voz da Presidência da República, Rubem Ludwig, declarou ontem, em Brasília, "desconhecer completamente" a informação de que o governo estaria estudando a possibilidade de vender US\$ 18 bilhões em madeira da Amazônia para pagar parte da dívida externa. Também o secretário-geral e o assessor para Assuntos Econômicos do Ministério da Agricultura, Paulo Afonso Romano e Nuno Casasanta, negaram a existência de um projeto do IBDF nesse sentido, o que seria, segundo eles, "uma loucura política". Em Manaus, entretanto, o presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Paulo Berutti, disse que os contratos de utilização florestal deverão ser adotados pelo governo ainda na gestão Geisel.

Nuno Casasanta explicou que para chegar ao presidente Ernesto Geisel, como foi divulgado domingo, esse projeto teria, antes, de passar pelas mãos do ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli. E assegurou que "na área do Ministério da Agricultura, tal projeto nunca circulou". No entender de Casasanta, um projeto dessa natureza não merece sequer comentários.

Casasanta afirmou, também, que existem, na Amazônia, pequenos projetos de exploração madeireira, com aproveitamento econômico e para conservação da floresta. Paulo Romano acrescentou que "só se admite desmatamentos na Amazônia nos casos de 'acuruf' — onde a área será inundada e a madeira se perderia se não fosse feito o desmatamento —, e do Programa de Desenvolvimento Florestal (Prodef), para remanejamento científico da flora".

O diretor de Comercialização e Industrialização do IBDF, José Nascimento Ceccato, disse que sabe da existência do projeto, "mas não sei por onde ele anda; sei que no IBDF não está e sei também que não se trata de 'contratos de risco'. Aliás, eu não sei quem inventou essa expressão. Não existe risco nenhum, pois a madeira toda está lá". Segundo José Nascimento, o projeto seria para exploração madeireira.

"Governo Geisel adotará projeto"

Em Manaus, onde participa do III Congresso Florestal Brasileiro, aberto ontem, o presidente do IBDF, Paulo Berutti, em conversa com os jornalistas, disse que os contratos de utilização florestal deverão ser adotados pelo governo ainda na gestão Geisel. Explicou que o projeto de exploração de uma parte da floresta amazônica, mediante contrato, ainda está em fase de estudos, "mas a definição sairá até março". Acrescentou que o IBDF quer que esse problema seja resolvido com certa urgência, porque a exploração de madeira na Amazônia não pode continuar sendo feita de maneira desordenada. Afirmou, no entanto, que os

contratos de utilização florestal não serão implantados em função dos problemas de dívida externa.

Por sua vez, o presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Sérgio Lupatelli, falando na abertura do Congresso, disse que "não existe no mundo qualquer exemplo de que a proibição de tocar na floresta tenha garantido a sua preservação". Refutou, entretanto, as notícias de que o governo estaria disposto a implantar uma política de "contratos de risco", para exploração da floresta amazônica, e, dessa maneira, obter divisas para saldar a dívida externa. "Não existe contrato de risco para exploração nesse setor. Nunca ouvi falar disso", afirmou.

Na seqüência do seu discurso, Lupatelli afirmou que em alguns países do Sudeste Asiático, por exemplo, onde os recursos florestais pertencem ao Estado, os governos podem aplicar uma forma jurídica de exploração de madeira, conhecida como "contrato de concessão".

Há um consenso entre os participantes do congresso de que o governo pode e deve adotar medidas que permitam, juridicamente, a exploração do potencial madeireiro da Amazônia. Ocorre, porém, que os técnicos ainda não têm uma posição definida quanto à melhor maneira de manejar esses recursos florestais. Um dos principais objetivos do atual encontro de Manaus, que tem a participação do ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, é justamente definir a maneira ideal para resolver esse problema para, depois, encaminhar ao futuro governo uma posição oficial dos empresários do setor.

"UM DESASTRE"

"O regime de contratos de utilização florestal com empresas nacionais e estrangeiras para a exploração de 56 milhões de hectares em várias áreas da floresta amazônica, para pagamento da dívida externa brasileira, não seria um contrato de risco, mas um contrato de desastre, porque isso significaria raspar a floresta, uma vez que se desconhece, totalmente, a forma correta para explorar a Amazônia, por falta de pesquisas."

Esta é a opinião do secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, sobre um possível programa idealizado pelo IBDF. Segundo ele, esta experiência foi "um arraso" na Indonésia e acabou com suas florestas, lembrando que pelas informações chegadas à SEMA, naquele país, onde se abria uma estrada na mata para a retirada da madeira, já entravam atrás os posseiros".

Na Tribuna da Câmara, o deputado João Cunha (MDB-SP) considerou, ontem, "uma traição às gerações futuras e um crime de lesa-pátria os contratos de utilização florestal que poderão ser assinados entre o IBDF e empresas multinacionais, para exploração de madeira na região amazônica". Outro opositor paulista, Rui Córdó, também criticou a idéia.